

estruturais e queríamos entender até que ponto essas irregularidades estruturais poderiam comprometer esse empreendimento. E foi feito um laudo técnico e também hoje temos uma avaliação da assistência técnica. Existe uma segurança hoje do ponto de vista estrutural; não existe nenhum dano maior em relação ao empreendimento. O que precisaríamos mesmo é dos recursos para a conclusão da obra. Por ser um empreendimento desde 2008 em execução, vamos buscar o máximo possível terminarmos o empreendimento, com as condições mínimas de habitabilidade, dando condições dignas para que as pessoas morem lá, mas que consigamos avançar para chegar no Habite-se, e aí, posteriormente, depois de entregue o empreendimento, para que as famílias consigam fazer a melhoria da sua unidade. **Sra. Edinalva** - Meu empreendimento, que sou proprietária, é bem ao lado desse projeto, na Rua Brigadeiro Tobias. Eu gostaria de saber se há alguma estimativa para começar a obra e alguma estimativa para término dessa obra, porque já faz muito tempo mesmo. Inclusive, houve uma ocupação de um movimento há um tempo. **Sr. Fernando** - Ainda não recebemos o material da assessoria técnica. Esse levantamento, estão fazendo. Então, a Caixa aguarda a entrega desse material para que consigamos fazer um novo cronograma de obras, para que passe pelo crivo da Caixa, e também consigamos identificar se os recursos que existem no saldo em conta do convênio são suficientes. Se não forem suficientes, vamos ter que fazer um pleito também de suplementação de recursos. Um avanço em relação a esse projeto é que hoje já temos um laudo técnico em relação às condições estruturais do empreendimento; hoje temos uma assessoria técnica já contratada e em fase de elaboração desse trabalho técnico desse projeto. **Sr. Flávio** - Iniciamos há duas semanas um diagnóstico físico e financeiro da situação do empreendimento. Quando iniciamos a conversa com a COOPAMARE sentimos a necessidade de fazer uma avaliação sobre a situação atual física e financeira para ter certeza do valor que é necessário para finalizar essa obra. Na questão estrutural, na análise visual, há grandes problemas. Temos um prazo total de trabalho de quatro meses. No entanto, queremos chegar a um pré-diagnóstico no prazo de dois meses, sabendo das datas que temos também aqui, no Conselho de Habitação. É um trabalho que, para finalizar completamente, temos alguns meses, mas, sabendo disso, vamos começar um pré-diagnóstico para colocar uma perspectiva. O mais importante que vemos é a perspectiva financeira, para saber se vamos precisar ou não de suplementação de recursos. Essa é nossa principal preocupação. Isso significa fazer um levantamento de como foi de fato construída essa obra, comparar com o projeto inicial, e comparar com as normativas atuais e a legislação atual, Corpo de Bombeiros, Sabesp, Eletropaulo, etc. É aprovado o Item 3; passa-se ao **Item 4**, Solicitação de Voto CECMH N°08/2017, e a Sra. Irene e o Sr. Daniel fazem a apresentação. **Sra. Irene**: Boa tarde a todos. Sou Irene, funcionária da SEHAB. A SEHAB, na sua prestação de contas do Fundo, tem a incumbência de elaborar um parecer técnico que faz parte integrante da prestação de contas do FMH pela COHAB. A SEHAB é o órgão gestor dos recursos do Fundo e a COHAB é o órgão operador, ou seja, o órgão que gasta os recursos do Fundo, portanto, teria que estar prestando contas desses recursos gastos. A SEHAB elaborou esse parecer técnico, que faz parte integrante da prestação de contas. Esse parecer foi baseado em relatórios mensais, entregues pela COHAB. Elaborado esse parecer, ele foi entregue a todos os Conselheiros para ser apreciado e será colocado em voto nesse momento. E quem fará a apresentação dos dados da prestação de contas é o Daniel, funcionário da COHAB. **Sr. Daniel**: Conforme foi entregue aos senhores, foi entregue um parecer mais detalhado, elaborado pela SEHAB. E aqui estamos fazendo uma apresentação mais sucinta referente ao segundo semestre de 2016. Então, o primeiro ponto que será apresentado é o fluxo de caixa sintético e consolidado referente a julho até dezembro de 2016. No segundo semestre, ele se iniciou com o saldo de R\$35.438.831,06. Houve entradas no semestre de R\$65.338.611,80. E o total de saídas foi de R\$56.028.420,43. Nesse período houve bloqueios judiciais nas contas, que totalizam R\$2.138.170,44. Finalizou-se o exercício com um saldo disponível em conta de R\$42.610.851,99. Fiz o comparativo, o primeiro semestre havia sido apresentado na reunião anterior e só trouxe para efeito comparativo dos valores. Aí, as entradas e saídas, apresentaremos nos próximos slides. Do total de recursos ingressados no semestre, referente a recebimento de unidades comercializadas, tivemos o ingresso de R\$1.505.013,28. Recebimento de unidades permissionadas, total de R\$518.752,71. E amortizações extraordinárias e indenizações por sinistro totalizaram R\$1.585.349,90. Além disso, recebimentos de prestações das alienações (PSH+outros), totalizando R\$5.459.378,99. Recebemos também recursos de outorga onerosa, convênios com a Caixa Econômica e PEPH, que são fontes da União ou da própria prefeitura, no total de R\$28.684.360,77. O FMH também recebeu recursos do FUNDURB, destinados a desapropriações, que totalizam R\$17.890.465,01. Além disso, houve retenções, resgate de cauções e outras demandas, totalizando R\$6.397.279,82. E rendimentos de aplicações financeiras, dos recursos que ficaram disponíveis na conta, totalizando R\$3.298.011,32, fechando os R\$65.338.611,80. Detalhando um pouco agora as saídas do segundo semestre, com obras e projetos vinculados ao Fundo, foram gastos R\$8.624.453,53. Recursos transferidos a mutirões foram gastos R\$489.646,69. Pagamento de auxílios e serviços de pessoas físicas, R\$17.800,00. Pagamento de outros serviços para pessoas jurídicas, foram gastos R\$1.794.166,61. Recursos utilizados para aquisição de áreas, aquisições de unidades habitacionais ou de outros ativos, foram gastos R\$31.326.437,02. Remuneração à COHAB-SP pela administração da carteira do Fundo, foram pagos R\$7.040.836,43. Descontos concedidos por pontualidade dos pagamentos de mutuários ou permissionários, R\$58.857,13. E subsídios concedidos de acordo com as resoluções do Fundo, no pagamento das prestações, R\$174.714,90. Pagamento com vigiância, segurança dos conjuntos habitacionais do Fundo, foram gastos R\$1.715.321,22. Gastos com a realização da eleição do CMH, foram gastos R\$1.291.798,70. Tributos diversos, decorrentes da arrecadação das prestações ou dos recursos em conta dos rendimentos, foram pagos R\$2.250.216,44. Despesas de taxas bancárias, tarifas de arrecadação, R\$58.191,60. E outras despesas, R\$1.185.980,16. Totalizando R\$56.028.420,43 no semestre. Então, aqui, trouxe para acompanhamento da despesa do FMH. Aqui foram os dados apresentados no primeiro semestre. Só trouxemos caso haja alguma dúvida em relação ao primeiro semestre. Mas o segundo é o foco da reunião. Então, o orçamento aprovado para o segundo semestre, para o exercício de 2016, foi de R\$116.750.895,00. Então, sentenças judiciais, recursos para aquisição de imóveis, serviços de terceiros, obras e instalações, obrigações tributárias, consumo e auxílios financeiros. Do total dos R\$ 116 milhões aprovados, durante o exercício, foi suplementado o orçamento. Então, no final do ano havia uma aprovação de R\$132.433.158,71. Desse total, ficaram congelados, ou seja, indisponíveis para utilização, R\$50.341.893,35. O que de fato ficou disponível para serem utilizados foram R\$82.091.265,36. Desse R\$82.091.265,36, que ficaram disponíveis, no semestre foram empenhados, ou seja, contratados serviços, obras e tudo, R\$30.639.258,40. E liquidados R\$47.407.914,70. Está maior que o valor empenhado porque vem já do primeiro semestre. E o valor pago no semestre foi de R\$46.821.802,76. Então, aqui, só demonstrando rapidamente o que foi executado no segundo semestre e no próximo slide demonstra o total de execução do orçamento do ano. Então, repetindo, dos R\$82.091.265,36, que estavam disponi-

veis para o exercício inteiro, o FMH utilizou quase integralmente, empregou R\$80.109.424,51. Liquidou R\$71.191.963,98. E pagou R\$70.589.412,59. Aqui é só um gráfico demonstrando a arrecadação mensal do Fundo dos diversos tipos de recebimentos, tanto de mutuários, quanto de permissionários, quanto de outros programas do Fundo. Então, a arrecadação teve uma variação no início do ano e depois se tornou constante e crescente. Atingindo um total de arrecadação no exercício de R\$15.761.347,48. E no semestre de R\$9.068.494,88. O que tinha a apresentar aos senhores era isso. Tem alguma dúvida? **Sra. Edinalva** - Em relação à aquisição das áreas habitacionais, aquisição de imóveis, esse valor saiu do FUNDURB? **Sr. Daniel** - Grande parte sim. Aqui, no valor de R\$31.326 milhões, a maior parcela disso vem do FUNDURB. A arrecadação que chegou, acho que foi em torno de R\$28 milhões em 2016. Então, os R\$28 milhões foram quase integralmente gastos no FMH. Então, restam R\$25 milhões desses R\$31 milhões, origem FUNDURB. É aprovado o Item 4 da pauta e passa-se ao **Item 5**, Definição de temas para as pautas das próximas reuniões do Conselho e da Comissão Executiva do Conselho). **Sr. Gilmar** - O primeiro tema sugerido pelo Conselheiro Rosalvo para ser incluído na pauta da próxima reunião do Conselho Pleno: critérios para aquisição de imóvel para moradia própria da demanda de pessoas com deficiência conforme prevista na reserva legal dos programas habitacionais públicos – apresentação do Projeto Colibri existente na Zona Leste. Também há um item importante que foi colocado pela Conselheira Verônica. Trata-se das pessoas em situação de rua. Convidei o Secretário Filipe Sabará, Secretário de SMADS, e ele virá para falar qual tem sido a maneira na política habitacional do município, que hoje está sob responsabilidade tanto dele quanto do Secretário Cláudio Carvalho, que é o Secretário de Investimentos. Então, vamos falar das políticas públicas para as pessoas em situação de rua, na gestão municipal. O Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Filipe Sabará, irá falar das políticas habitacionais a respeito também de um trabalho novo. É importante dialogarmos sobre esse tema. **Sra. Ana Maria** - Na última reunião do Conselho Pleno a Conselheira Verônica trouxe esse assunto e a Conselheira Cristiane representante do Centro Gaspar Garcia, nos mandou em e-mail pedindo que constasse esse item na pauta do Conselho Pleno. **Sr. Gilmar** - Dando seguimento, seria a apresentação da execução do Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Habitação para 2017, aprovado através da Resolução do CMH n° 85, de 23 de fevereiro de 2017. **Sra. Ana Maria** - Pela própria resolução, a COHAB tem que prestar contas do que foi aprovado nessa Resolução CMH n° 85, qual é a aplicação de recursos que foi feita no semestre e ver qual é o remanejamento que porventura possa vir a existir e apresentar a proposta de realinhamento desse Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo. **Sr. Gilmar** - Até 08 de agosto, receberemos as sugestões para a pauta da próxima reunião do Conselho Pleno. E, até 06 de setembro, as sugestões para a próxima reunião da Comissão Executiva. Gostaria que tivéssemos um bom tempo para uso da palavra do Secretário Filipe Sabará. É claro que os senhores podem colocar os temas para as pautas e avaliarmos quais podemos colocar. Acho que é importante o tema das pessoas em situação de rua, os questionamentos que os senhores puderem fazer ao secretário. E na sequência do nosso cronograma, temos a reunião da nossa Comissão Executiva, no dia 26 de setembro, e votos para a reunião até 6 de setembro, onde teremos a apresentação aos Conselheiros da versão do orçamento do FMH para 2018, encaminhada ao Executivo. É isso. Se os senhores quiserem acompanhar um pouco mais o que a Secretaria está fazendo, temos o site da prefeitura, o Facebook da SEHAB e da COHAB também. E ali os senhores podem acompanhar o que está sendo feito pela Secretaria de Habitação e também COHAB. Também tenho a página Gilmar Souza Santos. Os senhores encontram bastante coisa lá. Agradeço a presença de todos. Estão encerrados os nossos trabalhos. Até a próxima. (Encerra-se a reunião).

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 29 de agosto de 2017

Local: Rua Líbero Badaró n° 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano 2017, às 11h30, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as)**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mariza Dutra Alves (Conselheira Mov. Pop./Mov. dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Verônica Kroll (Conselheira Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo) e Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC). **Conselheiros (as) ausentes**: Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Edinalva Silva Franco (Conselheira Mov. Pop./AMMDDs); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Cons. Mov. Pop./Mov. Pelo Direito à Moradia – MDM); Ronaldo Cury de Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP); Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Conselheira Sociedade Civil/SCIESP) e Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/SASP). **Ausências justificadas**: Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP) e Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira da Sociedade Civil/PUC-SP). **Presentes os senhores (as)**: Alex A. Lourenço (CMH); Patrícia Gilmetti (Imprensa); Milena de Mayo Ginjo (ATAJ/SEHAB); Ana Paula Silva (Associação de Moradia) e Antônio Marsura (SEHAB). **Pauta da reunião**: 1) Solicitação de Voto CECMH N°09/2017- Pedido de aporte de recursos do FUNDURB para o empreendimento da Caixa Econômica Federal denominado Nossa Senhora da Aparecida, com 180 Unidades Habitacionais, contratado no âmbito do Programa Crédito Solidário – FDS com a entidade UMMIZS – União de Movimentos de Moradia Unidos da Zona Sul. O Sr. Fernando Chucré dá início aos trabalhos. **Sr. Fernando** - Essa pauta que havíamos proposto é naquela linha que coloquei na última reunião do Conselho, porque uma das coisas que se identificou na Secretaria de Habitação, que está muito complicado para nós é o grande número de empreendimentos com movimentos, especialmente, que estão em fase final de execução. Falta lá acabamento, caixilho, alguma besteira do tipo. E empreendimentos parados estão sendo invadidos, ocupados. Esse aqui, especialmente, do Nossa Senhora da Aparecida, que é a pauta do nosso assunto de hoje, foi uma das primeiras ocupações que ocorreram aqui, no começo do ano. **Sra. Verônica** - Não. Primeiro foi o São Francisco. Daí, conseguimos a reintegração de posse lá e eles ocuparam o Nossa Senhora Aparecida, porque a construtora que está fazendo aqui é a que está fazendo orçamento lá, para nós também. **Sr. Fernando** - Foi lá em um final de semana. Ficamos o final de semana inteiro tentando tirar o pessoal. Era um cenário, inclusive, quando fizeram a ocupação. Tentando tirar e não tira porque, quando não tem liderança, quando não é movimento que faz ocupação, você não tem nem com quem conversar. Lá foi o pessoal de uma comunidade que havia do lado, crime organizado de novo, que é o que estamos tendo todos os dias, entramos, organizamos o pessoal. Empreendimento quase pronto. Foi logo em fe-

vereiro. E aí que começou a me chamar a atenção para o grande número de empreendimentos parados. **Sra. Verônica** - Em fevereiro, no Carnaval, ocuparam o São Francisco. Aí passou fevereiro, março e abril; e eu consequi, antes da Semana Santa, reintegrar o pessoal de lá. E aí já aconteceu a ocupação no Nossa Senhora Aparecida. E é o crime organizado. **Sr. Fernando** - Mais do que começar novos empreendimentos, queríamos resolver tudo o que está parado, discutir onde pode, porque há casos em que há outros problemas. Mas, no geral, onde podemos ajudar com alguma coisa, terminar esses empreendimentos e entregar. Outra questão que está acontecendo e que acho que também tem a ver, acho que o Conselho poderia se manifestar nesse sentido também, fazer uma manifestação formal, é esse problema que estamos tendo de ocupação, que não é mais ocupação, que é muito mais do que aquela ocupação que todo mundo conhece, que era movimento e, às vezes ocupações, vamos chamar de espontâneas ali, que era alguma comunidade e havia uma área ao lado que acabava ocupando. Isso hoje virou negócio do crime organizado. Os movimentos estão nos pedindo socorro. Eles nos procuram dizendo que estão com uma área, em um mutirão, fazendo obra, não está parado, e entram com tudo, ocupam espaço, parcelam, vendem, e a pessoa não tem para quem reclamar. Então, nesse sábado, inclusive, temos aquelas reuniões com o prefeito e com todos os secretários do município, a cada quinze dias. Ficamos sábado quase o dia inteiro lá, trancados, para fazer levantamento do que está acontecendo. Prestamos contas para o prefeito e para os demais secretários do que está sendo feito nas secretarias. E essa semana, fui levar essa situação, levei mais de trinta fotos para o prefeito de empreendimentos que acabaram de ser entregues, que vai o pessoal lá, estão ocupando as áreas condominiais dos empreendimentos. E os moradores não denunciam, têm medo, porque o cidadão está lá, ao lado, convivendo com eles todo dia. E não denunciam, não têm como tomar uma medida. Pior do que isso: quando ocorre denúncia, demoramos muito para reagir, demoramos para fazer essa reintegração. Estamos com problema da Polícia Militar, que todos conhecem, que chega lá, na hora, dá uma olhada e vai embora. Não faz absolutamente nada. A Guarda Civil, o Coronel José Roberto está com uma super boa vontade e tem nos ajudado muito em alguns casos que recebemos a informação a tempo. Temos entrado com tudo para evitar esse tipo de ocupação, mas também tem limitação legal, porque a Guarda Civil não pode fazer várias coisas, que só a Polícia Militar pode. Nessa apresentação para o prefeito, mostrei a situação de vários casos, de empreendimentos, de áreas que são públicas, de áreas privadas, que temos também um problema. E aí há aquele entendimento de que a polícia não pode fazer o tal do esforço imediato quando é área particular. E aí o prefeito determinou lá a criação de um grupo que é para reforçar um grupo que já havíamos montado em janeiro, que está atuando muito mais nas áreas de mananciais, que eles chamavam antigamente de OIDA, Operação Integrada em Defesa das Águas. E por que estou dizendo isso para os senhores? Na hora que começamos a fazer isso, o pau que bate em Chico bate em Francisco. Então, vamos bater quando for ocupação de crime organizado e vamos bater quando for ocupação de movimento também. E por isso estou trazendo esse assunto para o Conselho também, porque vai bater em todo mundo, se conseguirmos organizar esse grupo com o Estado e com o município. Agora, tirando as questões todas que conhecemos da briga dos movimentos, da luta ao longo dos anos, acho que precisamos tomar uma atitude, porque estamos perdendo o controle e não é mais uma questão de movimento. É crime organizado. **Sra. Mariza** - Que bom que estamos indo nessa linha, estão tendo essa preocupação. E terminar os empreendimentos, principalmente, o Nossa Senhora Aparecida, que sabemos do histórico, desde 2008. Nove anos, dez anos, que estão na luta. Fizeram mutirão com autogestão. E já sofreram essa questão do crime organizado. Temos um caso parecido no mutirão onde moro. Ainda existe. A COHAB liberou a última parcela do Unidos. Mas tivemos que entrar e fazer acordo com os bandidos do PCC, dizendo que são famílias, que lutaram bastante tempo, que eles tinham que sair. Aí o bandido disse: "Tudo bem. Vamos sair. Desde que as famílias venham para cá". E as famílias foram. Entraram sem o empreendimento acabar. E os bandidos saíram. O cenário é esse hoje, e os movimentos, sempre tivemos uma ética entre nós. Sempre lutamos por moradia, mas nunca invadimos, nunca ocupamos terrenos que sabíamos que era de assessoria. Sempre tivemos essa ética. Só que hoje o crime organizado não está nem aí. É muito triste para nós sabermos que compramos um terreno e o movimento tem uma outra linha. O movimento sempre ocupou as áreas que deixavam de fazer função social, mas mostrando para o Poder Público que essas áreas devem ser destinadas para moradia de interesse social. Todos os movimentos têm essa linha. Agora, o crime organizado não. Ele tem uma outra linha, não tem ética, não tem preocupação com as famílias. Ele está ali porque tem outros interesses. O que fizeram conosco esse final de semana, sai da delegacia quase às duas horas da manhã, para tentar fazer o Boletim de Ocorrência, porque primeiro que tínhamos uma segurança lá. Tudo que conseguimos pagar é minimamente. As famílias também são de baixa renda. Para nós está sendo muito difícil. Acho que essa iniciativa do Poder Público de tentar ver de que forma nós, enquanto conselheiros, podemos ajudar os movimentos que estão na construção é importante. E o crime organizado deixou bem claro: qualquer coisa que fizermos dentro da área, eles vão destruir. Está muito difícil de enfrentarmos essa situação. Não sei o que fazer. **Sr. Rosalvo** - O crime organizado está, na Zona Leste, invadindo toda a área de proteção aos mananciais. Eu falei com o governador. O governador mandou lá a Polícia Ambiental. Foram lá e me multaram. Ao invés de tirar o pessoal. Esse é um processo onde, se você demonstra medo, eles tomam conta. No meu enfrentamento. O governador mandou a polícia lá. A polícia foi, me multou. E não resolveu o assunto. Aí havia um sargento, lá, na região, e fui lá falar com ele. Ele foi lá levou as pessoas para a delegacia. Acalmou. Temos dois empreendimentos, Cangaíba, há dezesseis, CDHU, e depois que entregamos, havia lá umas avozinhas que trabalhavam no mutirão, que não conseguiam trabalhar. Então, ficavam na cozinha, distribuíam água, e quando terminou o mutirão, vieram os netos morar nos apartamentos que havíamos construído e eram os traficantes. E resolveram que iriam tomar conta do nosso empreendimento. Por sorte, tínhamos um mestre de obras meio maluco, que depois foi o síndico, que os enfrentou. E crime organizado, morrem muito rápido. Então, os três meninos que estavam lá já morreram. Em 1998 entregamos. E essa história toda aconteceu no começo do ano 2000, 2001. E um outro foi de Embu das Artes. O sujeito veio, havia um rapaz lá ligado ao Campos Machado, que era nosso síndico. Ele articulou, falou com o governador, a delegacia de polícia local deu apoio ao síndico, e enfrentou. Mas eles precisam saber que há uma liderança. **Sr. Fernando** - Precisamos fazer isso agora estruturado. Não dá para dependermos de falar com o governador. E essa é a história que incomoda. Estamos com problema de estrutura porque a Polícia Militar, todo mundo aqui conhece como é a postura. E não estou falando nem mal e nem bem. É uma constatação. Sabemos qual a posição dela nesse caso. Eles chegam até a porta, estacionam a viatura, ficam lá meia hora e se mandam. A Guarda Civil tem limitações legais para atuar. As subprefeitas não estão com estrutura adequada para fazer isso. Então minha proposta no sábado agora foi: não há estrutura; então, vamos montar um grupo aqui, pego dez da Secretaria de Habitação, outro pega dez da Secretaria do Meio Ambiente, pega dez da CGM e montamos um grupo. Vamos ter que mon-

tar uma estrutura específica para isso, que tenha cobertura da Polícia Militar. Vamos ter que fazer esse enfrentamento dessa situação, senão, ocupam uma área e não acontece nada; ocupam a segunda e não acontece nada; ocupam a terceira. Eles vão ocupar tudo! Que é um pouco do que está acontecendo em São Paulo. **Sra. Verônica** - O Marsura conhece bem nosso empreendimento, que começou com ele na Caixa. Tivemos problemas com a construtora. E a construtora era responsável pela segurança da obra. E ficamos sabendo que depois o pessoal do tráfico, junto com o pessoal peão de obra que ficou lá, cobrou quinze reais a entrada, e isso foi dito dentro do Comando da Polícia Militar, em uma reintegração de posse. Quinze reais por pessoa, por família para entrar. Quinze reais a entrada. E aí o bloco 1, da entrada, já haviam destinado para venda de drogas. Estava dessa maneira. E já tínhamos um pedido de reintegração, porque a obra parou e discussão, e discussão. Aí conseguimos a liminar muito rápido. Mas, mesmo assim, queria que o secretário fosse visitar o empreendimento junto com o Marsura um dia. Ficaram os prédios em pé, faltavam 10% para terminar a obra; voltamos a mais ou menos 40% porque levaram todas as esquadrihas de alumínio, quebraram todos os vidros, pia de banheiro, vaso de banheiro, pia de cozinha, tanque. E foram destruindo. A polícia chegou lá, o Sidnei estava lá e disse que era engenheiro da obra, e a polícia foi embora. Fui três dias para fazer um Boletim de Ocorrência na delegacia. Três dias! Bom, resultado da história: reintegramos, às seis horas da manhã entramos com 500 homens policiais lá dentro, tropa de choque, porta, estava fechada e foi arrebatada, e não houve confronto, porque pegamos o povo no punho. Essa foi a discussão com o comandante da Zona Leste. É uma pessoa que o secretário talvez pudesse trazer, porque ele tem experiência nisso, em reintegração, e em como confrontar, porque não tivemos confronto. E aí, após a ocupação é que foi o problema, porque eles queriam retomar. Aí temos polícia armada lá dentro. Temos dois rottweiler. E agora quem entrar morre ali. O policial não matou, mas derrubou dois lá de cima. E aí sosseguei. No outro empreendimento, no Jaboticabeira, que está próximo ao terminal, roubaram, e também temos rottweiler lá dentro, também temos polícia armada. Quer dizer, nós, dos movimentos, estamos gastando mais dinheiro com segurança do que com a obra! **Sr. Florenzano** - Com segurança e administração, gasta-se muito. **Sra. Verônica** - Segurança é a parte mais cara que existe. **Sr. Rosalvo** - No dia do evento que foram anunciar mais um pedacinho de terra das PPPs, no centro, que um pessoal estava bravo com a história da Craclândia e foi lá, tiveram um entrevisto com o governador e o Dória. E o policial mais graduado que estava lá (não conheço bem as patentes) ficou lá olhando, e o pessoal falando e tal. E aí a Roberta, uma menina desse tamanho, disse para o policial: "Escuta, o senhor não vai fazer nada?" - O governador e o Dória têm a segurança deles". E ficou assim. E o pessoal querendo bater, partindo para agressão. E a Polícia Militar ali, policiais assistindo tudo. Na presença do governador. **Sr. Fernando** - Estou pedindo isso aos senhores porque nos que são os empreendimentos que já estamos aportando, que têm convênio com Casa da Família, que é o Casa Paulistana antigo, que é a mesma coisa, não precisamos pedir autorização porque eu faço remanejamento orçamentário. Como já tenho convênio, eu apporto. Esse é o primeiro caso que aparece que não tem convênio. Então, por isso estou trazendo ao Conselho. E eles não têm mais recursos. Eles não têm para quem pedir, porque já acabou o da Caixa. **Sr. Marsura** - É um valor muito pequeno. É Crédito Solidário. O aporte federal foi de R\$24 mil por unidade. Aí entrou Governo do Estado e agora estamos entrando. Então, no final, mesmo com o aporte que estamos propondo, vai chegar a R\$71 mil a unidade. Ainda fica bem baixo. **Sra. Verônica** - É que esses programas, os primeiros que foram contratados, Minha Casa Minha Vida, que era o caso do São Francisco, o nosso está igual a esse também. E, mesmo que se colocar agora o aporte do município, que também vamos vir pedir aqui para o secretário, não chega nem a R\$80 mil. Então, é um valor muito pequeno para terminarmos. **Sr. Fernando** - E vamos dar um jeito de dar assessoria técnica para fiscalizar isso também. **Sr. Rosalvo** - Eu acho que a fiscalização tem que ser mais rigorosa do que foi até agora. Temos empreendimentos de movimento popular que estão muito bem administrados e movimentos que têm problemas, o dinheiro não dá e falta obra. E aí você vai ver e há uma série de pequenas coisas. Então, nesses casos, o pessoal tem que admitir acompanhamento mais próximo. E não deixar para ver depois do problema porque é comum acontecer. **Sr. Marsura** - Nesse caso específico, aconteceu tudo isso: má administração, falhas graves da primeira assessoria técnica que assumiu o empreendimento, que era de péssima qualidade. **Sr. Fernando** - A construtora teve problema. **Sr. Marsura** - Mas o que fizemos? E isso negociei quando estava na Caixa ainda. Voltando esse dinheiro, necessariamente, vai ser através de empreitada global. Já temos empresa responsável para entrar e vai terminar o empreendimento. E a Caixa só vai pagar mediante medição. Obra, medição, paga. **Sr. Fernando** - Vamos mudar a forma de fazer a gestão disso para ter o mínimo de controle. Qualquer coisa errada, você identifica rapidamente, para e segura o dinheiro. E vê o que está acontecendo. **Sr. Florenzano** - Fala-se muito da construtora. Como sou da associação de pequenas e médias, não sei. Gostaria muito de saber, das construtoras, nome de quem largou, de quem vai entrar. De repente, podemos até cancelar e saber. **Sr. Marsura** - Essa construtora é MAPA. **Sr. Florenzano** - A anterior, qual foi? **Sr. Marsura** - Não havia uma construtora anterior. Havia uma assessoria técnica. **Sr. Rosalvo** - Era auto construção. Essas obras precisam terminar. Que recursos são necessários? É necessário esse recurso aqui. Esse recurso tem que efetivamente dar para terminar. Não pode daqui a não sei quantos anos dizer que o recurso não deu, que tem que colocar mais um pouquinho. **Sr. Marsura** - Esse aqui, tem tem essa preocupação. **Sr. Florenzano** - Empreitada por preço global é um negócio complicado. Até existe transitado em julgado no STJ que, na realidade, a empreitada por preço global não deve existir se não houver um detalhamento muito claro do que vai ser feito. Empreitada por preço global, a pessoa tem, por exemplo, mil metros de grama para fazer, mas, vai lá ver e tem quinhentos. Como ele vai receber os mil? E vice-versa. E se tiver quinhentos e tiver que fazer mil? **Sr. Fernando** - Mas, nesse caso, a Caixa Econômica foi lá, fez orçamento detalhado. Tivemos esse cuidado. Temos essas preocupações. Podemos ir criando regimento para esses aportes para ter controle, para ter gestão sobre o recurso. **Sr. Florenzano** - Temos que tomar muito cuidado. **Sra. Verônica** - Eu defendo a empreitada global. Eu já fiz mutirão, autogestão, já fiz tudo o que é programa que existiu nesses governos. Mas a empreitada global que a Caixa tem é a mais transparente. Porque acompanho. Amanhã há medição no Jaboticabeira. Vai lá o engenheiro da Caixa, com a planilha, obra executada. Concreto, quantos metros? Não terminou? Não recebe. Então, não tem como. Está certo? O que acontece? Quando a construtora começa a ir mal, que tem um X de obras para fazer naquele mês ou naqueles quinze dias, e não executa, aí é o perigo. Que foi o que aconteceu conosco lá. Começou a executar 1,5% de obra, 2% de obra, e aí foi, foi, foi, e a obra ficou. Está certo? Então, defendo a empreitada global porque é a mais transparente. E o Jaboticabeira, fez um ano que começou, em março. Estamos entregando com uma outra construtora. Não tem como. Como está se fazendo o levantamento de quanto falta para pagar o São Francisco? A MAPA, o Márcio está lá, o engenheiro dele e mais três terceirizadas da Caixa, fiscalizando. Então, se dizer que isso aqui está errado – estou acompanhando o nosso lá; por isso estou falando – se está errado, ninguém é perfeito.